



Maio de 2016
Número 159

**Impactos da recessão econômica
e do ajuste fiscal sobre o
mercado de trabalho no Brasil**

Impactos da recessão econômica e do ajuste fiscal sobre o mercado de trabalho no Brasil

Este texto analisa a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro no período recente, com foco no desempenho apresentado a partir do último ano, quando a recessão econômica se aprofunda no País. Com o novo quadro, o governo federal implementa políticas econômicas com o objetivo de promover um ajuste fiscal do setor público e estabilizar o nível de preços da economia.

As principais tendências apresentadas pelo mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2004 e 2014, correlacionadas com as mudanças vivenciadas pela economia brasileira e internacional no período serão tratadas a seguir. Na sequência, será analisado o comportamento do mercado de trabalho brasileiro a partir de 2015, com destaque para o rápido aumento das taxas de desemprego, o avanço da precarização da estrutura ocupacional e a diminuição real do rendimento médio dos trabalhadores e da massa de rendimentos. Posteriormente, o foco da análise direciona-se para a restrição nas regras de acesso ao Seguro-Desemprego, implementadas no final de 2014 como uma das medidas de ajuste fiscal, e os impactos dessas medidas sobre a concessão dos benefícios. Por fim, na última seção, apresentam-se as considerações finais, a título de conclusão.

Dinâmica econômica e mercado de trabalho no período 2004-2014

Entre os anos 2004 e 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma melhora generalizada de seus principais indicadores: a taxa de desemprego diminuiu substancialmente; a qualidade do emprego foi ampliada, com o aumento expressivo dos vínculos empregatícios com carteira de trabalho assinada e, em menor medida, do emprego público; e o rendimento médio real do trabalho se elevou, acompanhado de uma melhora do seu perfil distributivo.

Estes resultados, em um primeiro momento, foram tributários de um cenário externo especialmente favorável, que se estendeu até meados de 2008, dado pelo maior crescimento da economia mundial – China à frente – e pela elevação da demanda e dos preços das *commodities* no mercado internacional (como minério de ferro, soja, petróleo etc.), impulsionando o crescimento

econômico local¹. Em um segundo momento, porém, o eixo do dinamismo econômico deslocou-se para o mercado interno, resultado da adoção de políticas de estímulos à demanda, como a valorização do salário mínimo, a ampliação do crédito – em um contexto de redefinição do papel dos bancos públicos –, a maior abrangência das políticas de transferência de renda e a elevação do investimento público. A título ilustrativo, entre 2004 e 2010, não obstante o contágio da crise internacional no final de 2008, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de 4,5%, contra apenas 1,6% no período 1998-2003².

A partir de 2011, no entanto, os ambientes interno e externo se deterioraram substancialmente, minando o ritmo que o desempenho econômico vinha mantendo até então. De um lado, houve uma intensificação da crise internacional, que diminuiu o crescimento da economia mundial – e também dos países emergentes –, provocou uma queda da demanda e dos preços das *commodities* e piorou as expectativas dos empresários, temerosos quanto aos impactos da crise na Europa sobre a economia mundial.

De outro lado, no âmbito interno, destacam-se os seguintes fatos, todos eles com efeitos negativos para a atividade econômica: (i) a adoção, no início do primeiro Governo Dilma, de políticas monetária e fiscal de forte viés contracionista; (ii) a gradual saturação do consumo de bens duráveis (como automóveis, geladeiras etc.), acompanhada pelo aumento do endividamento das famílias; (iii) as crises hídrica e energética; (iv) as investigações da Operação Lava Jato, que têm paralisado os investimentos nas cadeias de petróleo e gás e da construção; (v) e, por fim, o acirramento das disputas no cenário político, o que dificultou o estabelecimento de acordos mínimos de governabilidade. Nesse cenário, o crescimento econômico brasileiro retornou ao baixo patamar verificado entre o final dos anos 1990 e o início da década de 2000³.

Para tentar reativar a economia, convém destacar que, a partir de 2012, o governo federal optou por adotar medidas anticíclicas baseadas em desonerações e subsídios de crédito, em detrimento do aumento dos investimentos públicos, medidas que, apesar do considerável impacto fiscal, não foram eficazes em manter o ritmo de crescimento econômico verificado nos anos anteriores.

¹ O índice de termos de troca, que expressa a razão entre os índices de preço das exportações e os índices de preço das importações, evoluiu de 89,4, em dezembro de 2002, para 132,7, em setembro de 2011 (Fonte: IPEADATA. Média 2006 = 100).

² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual).

³ A taxa média de expansão do PIB no período 2011-2014 foi de 1,6%, equivalente à registrada entre 1998 e 2003.

Não obstante o quadro apresentado, a tendência de melhora dos principais indicadores de mercado de trabalho, já observada no período 2004 a 2010, prosseguiu beneficiada, por um lado, pela restrição da ampliação da força de trabalho exercida, sobretudo, pela saída de jovens do mercado de trabalho, e, por outro, pela continuidade da criação de postos de trabalho, ainda que de baixa produtividade, particularmente no setor de serviços.

Entre o final de 2014 e início de 2015, pressionado pela estagnação da economia, pelo crescimento da dívida pública e pela aceleração da inflação, o governo decidiu implementar um duro ajuste fiscal, representado pelo estabelecimento de uma meta inicial para o superávit primário de 1,2% do PIB, que seria perseguida por meio da redução das isenções tributárias, aumento de tributos, correção de tarifas públicas e diminuição de gastos, incluindo investimentos e gastos sociais. Ao mesmo tempo, foi dada continuidade à trajetória de alta da taxa de juros Selic, iniciada em 2013, e que hoje se encontra em 14,25%, maior valor desde 2006. Os objetivos declarados eram interromper a trajetória de alta da dívida pública, reposicionar a inflação brasileira em um nível próximo ao centro do regime de metas de 4,5%, e impulsionar os investimentos e o crescimento econômico, seja por meio da reversão das expectativas empresariais, seja pelo “arrefecimento da estreita margem de ociosidade no mercado de trabalho”⁴, ou seja, da elevação do desemprego, e seus efeitos redutores dos custos do trabalho e, supostamente, de aumento da competitividade das empresas.

A deterioração do mercado de trabalho a partir de 2015

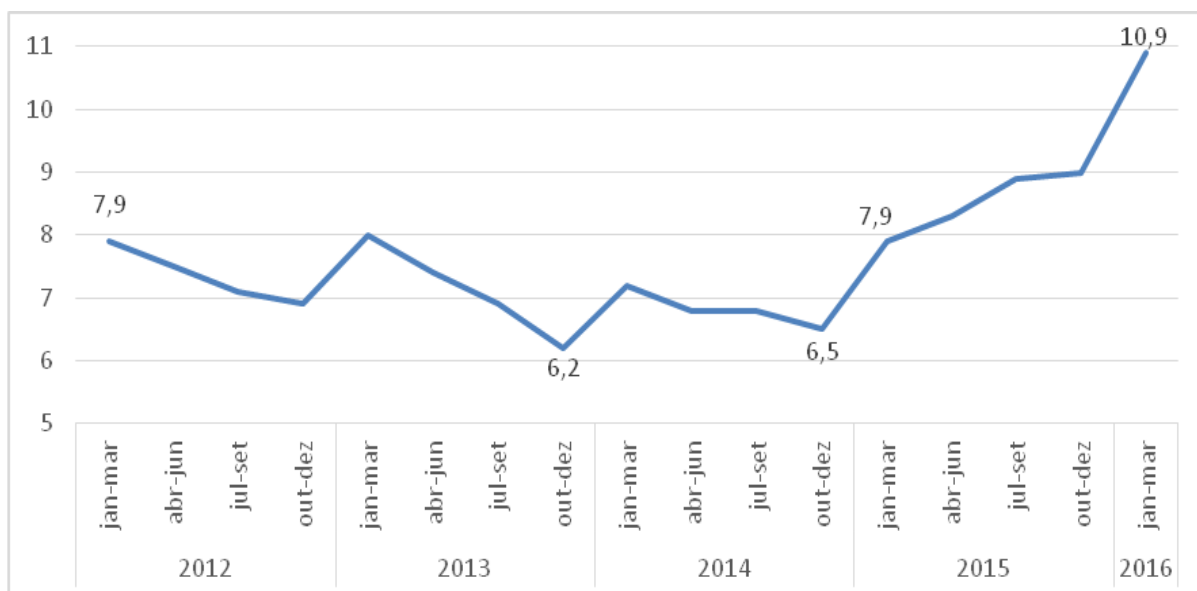
A opção pela austeridade ampliou a recessão em uma economia que já vinha em uma trajetória de desaceleração. Não é surpresa, portanto, que 2015 tenha apresentado uma deterioração forte e rápida dos principais indicadores de mercado de trabalho, com destaque para a ampliação do desemprego, a precarização da ocupação e a queda do rendimento médio real do trabalho e da massa de rendimentos.

⁴ A expressão foi tomada emprestada da Ata do Comitê de Política Monetária (Copom) escrita por ocasião da 192ª reunião.

A ampliação do desemprego

De acordo com os resultados da Pnad Contínua do IBGE⁵, a taxa de desocupação⁶ no Brasil vem crescendo em ritmo intenso desde o último trimestre de 2014 (Gráfico 1). Desde então, a taxa passou de 6,5% para 10,9% no primeiro trimestre de 2016, crescendo, portanto, 4,4 pontos percentuais (p.p.) neste período. Estima-se que o total de trabalhadores desocupados no primeiro trimestre de 2016 atingiu o patamar de 11,1 milhões de pessoas, o que representa uma elevação de 4,6 milhões de pessoas desocupadas quando a análise tem como referência o último trimestre de 2014, ou seja, uma elevação de 72% no número de desocupados desde então.

GRÁFICO 1
Evolução da Taxa de Desocupação
Brasil – jan-mar/12 a jan-mar/16 (em % da PEA)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua Mensal
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) os resultados correspondem à média móvel do trimestre encerrado em cada mês
b) População economicamente ativa (PEA) com 14 anos ou mais de idade

Destaque-se ainda que, no último trimestre de 2013, a taxa de desocupação atingiu seu menor nível na série da Pnad Contínua (6,2%), iniciada no primeiro trimestre de 2012, e que, a

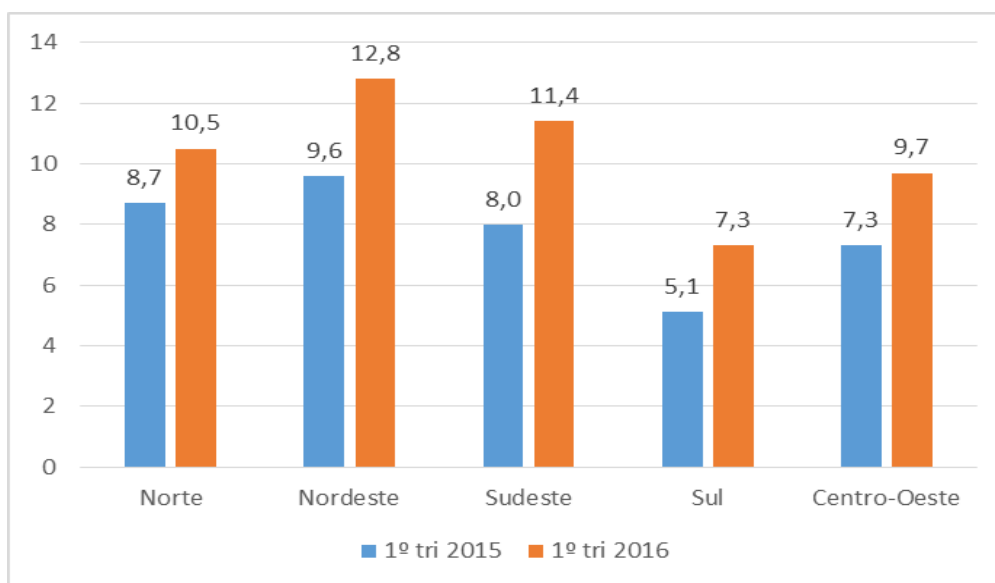
⁵ A Pnad Contínua disponibiliza informações de abrangência nacional sobre o comportamento conjuntural do mercado de trabalho brasileiro, apresentando alguns indicadores nacionais para os trimestres móveis intermediários (média móvel do trimestre encerrado em cada mês). A taxa de desocupação para o Brasil tem resultados mensais desde março de 2012, quando correspondeu a 7,9% da população economicamente ativa (PEA) com 14 anos ou mais de idade.

⁶ Ainda que não adote esta nomenclatura, a *taxa de desocupação* calculada pelo IBGE corresponde à *taxa de desemprego aberto*, pois considera desocupadas as pessoas que cumprem a tripla condição de 1) estarem **sem trabalho** (que gera rendimentos para o domicílio na semana de referência da pesquisa); 2) tomaram alguma **providência efetiva** para consegui-lo (no período de referência de 30 dias); 3) estavam **disponíveis para assumi-lo** (na semana de referência, incluindo as que já haviam conseguido um trabalho no qual iriam começar após a semana de referência).

partir de 2015, registrou-se uma quebra no seu comportamento sazonal típico, representado pela tendência de queda das taxas no decorrer dos trimestres subsequentes em cada ano, com elevação no último trimestre. Desde o último trimestre de 2014, a taxa de desocupação passou a crescer seguidamente e sem interrupção em cada trimestre do ano. No final de 2014, apenas 6,5% da PEA encontravam-se desocupados, resultado bem próximo dos 6,2% registrado ao final de 2013, segundo o comportamento trimestral da “taxa de desocupação”.

A comparação do primeiro trimestre de 2015 e o mesmo trimestre de 2016 revela que a “taxa de desocupação”, cresceu de 7,9% para 10,9% (Gráfico 1), o que corresponde ao acréscimo de três pontos percentuais. Tal elevação foi resultado do aumento da população em busca de uma colocação no mercado de trabalho, neste período, de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas e da supressão de cerca de 1,4 milhão de postos de trabalho, e com isso foram acrescidas ao universo de desocupados cerca de 3,2 milhões de pessoas.

GRÁFICO 2
Evolução da Taxa de Desocupação, Segundo Grandes Regiões
Brasil – 1º tri/15 – 1º tri/16 (em % da PEA)

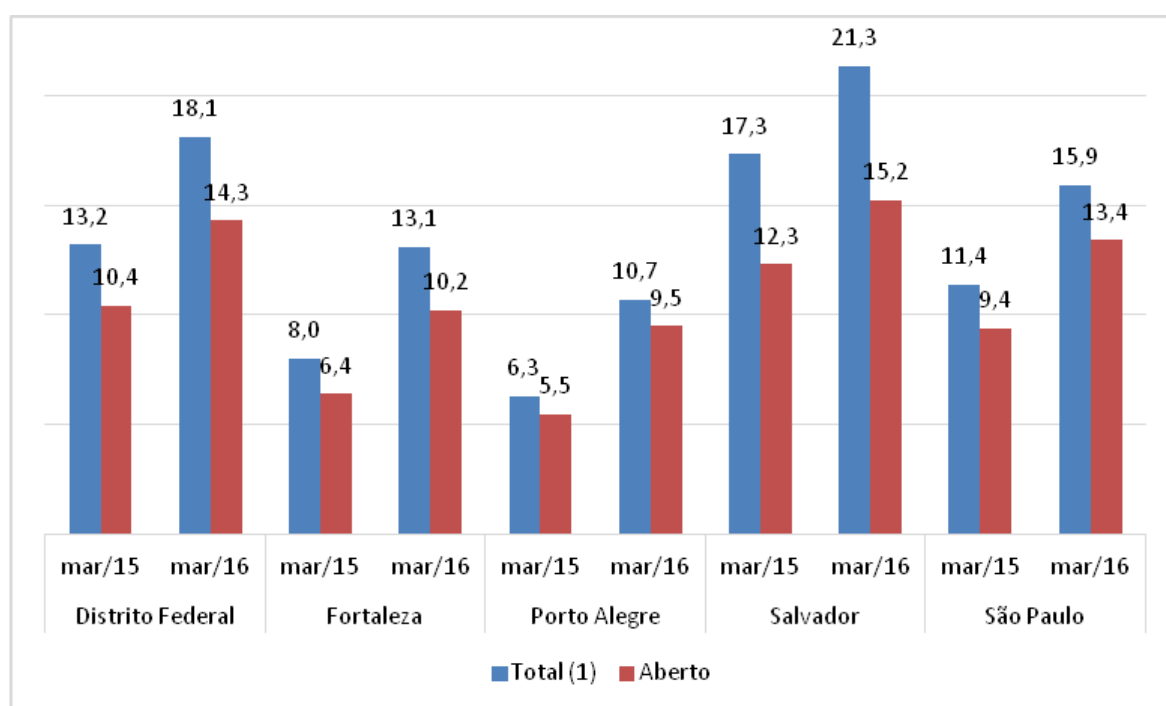


Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Importante chamar atenção para o fato de que a tendência de alta da taxa de desocupação foi comum e significativa em todas as regiões do país, segundo os dados trimestrais da Pnad Contínua (Gráfico 2). No primeiro trimestre de 2016, a menor taxa foi observada na região Sul (7,3%) e a maior na região nordeste (12,8%). Destaca-se a elevação de 3,4 pontos percentuais na região Sudeste, cuja taxa de desemprego chegou a 11,4%.

Ao se considerar a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), os dados mais recentes revelam, do mesmo modo, uma elevação do desemprego a partir de 2015 em todas as regiões pesquisadas. Este comportamento foi registrado tanto para o desemprego aberto quanto para o desemprego total, o qual incorpora também as modalidades de desemprego oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento (Gráfico 3)⁷.

GRÁFICO 3
Evolução da Taxa de Desemprego Total (1) e Aberto
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – mar/15 e mar/16 (em % da PEA)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTPS - FAT e convênios regionais. PED

Obs.: As regiões metropolitanas de Recife e Belo Horizonte tiveram interrupções na série no período analisado

Nota: (1) O desemprego total incorpora o desemprego aberto e o oculto em suas duas modalidades (trabalho precário e desalento)

Neste sentido, entre os meses de março de 2015 e de 2016, o crescimento mais expressivo da taxa de desemprego total foi observado na região metropolitana de Fortaleza (5,1 p.p.) e da taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo (4,0 p.p.). A região

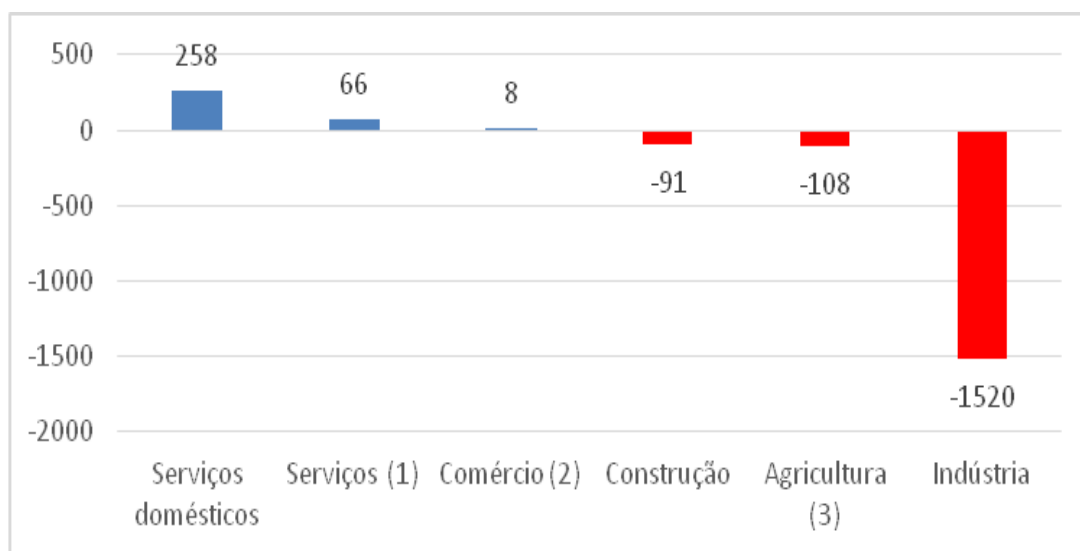
⁷ A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo DIEESE e Fundação Seade, distingue-se metodologicamente das pesquisas de mercado de trabalho do IBGE, entre outras coisas, por ampliar a concepção do desemprego para além da sua manifestação clássica, o desemprego aberto, no qual o trabalhador desempregado exerce exclusivamente a procura por um novo emprego. A PED parte do entendimento de que em países com mercados de trabalho altamente heterogêneos, como é o caso do brasileiro, o desemprego tende a se manifestar de formas variadas, sendo subestimado, deste modo, se considerado apenas o desemprego aberto. Com o intuito de suprir essa deficiência, o desemprego total medido pela PED subdivide-se em outros dois componentes, além do referido desemprego aberto: o desemprego oculto pelo trabalho precário (pessoas que realizam algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação) e o desemprego oculto pelo desalento (pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses).

metropolitana de Salvador, porém, ainda detém as maiores taxas de desemprego total e aberto no universo pesquisado, estimadas, em março de 2016, em 21,3% e 15,2%, respectivamente.

Precarização da ocupação

Além da ampliação do desemprego, observou-se o movimento de deterioração da estrutura setorial e ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, na comparação do o primeiro trimestre de 2015 e o mesmo período de 2016, de acordo com a Pnad Contínua, conforme se observa no quadro a seguir:

GRÁFICO 4
Variação do Nível Ocupacional, Segundo Grupamentos de Atividade
Brasil – jan-mar/15 a jan-mar/16 (em 1.000 pessoas)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) os resultados correspondem à média móvel do trimestre encerrado em cada mês

Nota: (1) Inclui administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais

(2) Inclui reparação de veículos automotores e motocicletas

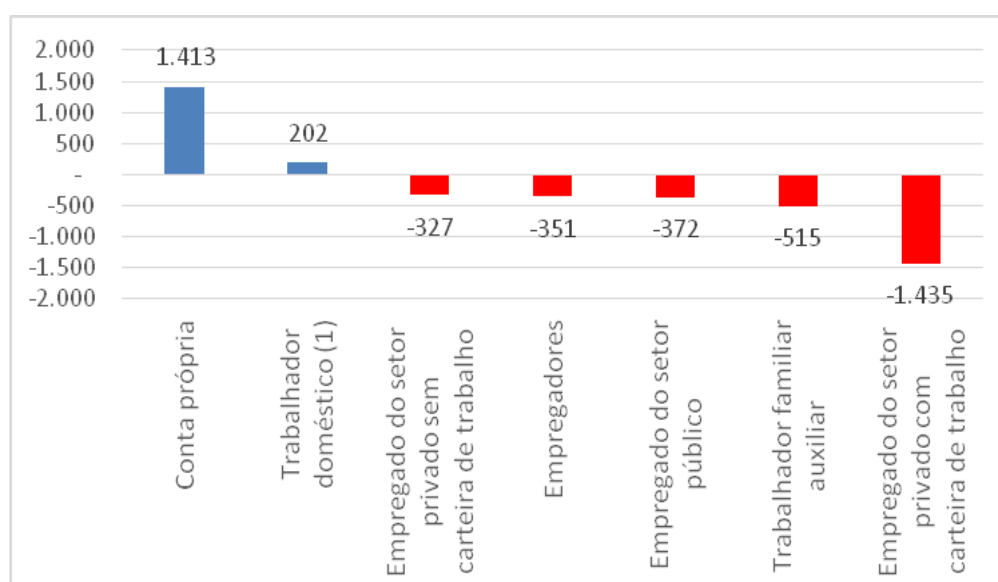
(3) Inclui pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura

Em termos setoriais (Gráfico 4), observa-se que, além da relativa estabilidade no comércio (aumento de 8 mil ocupações), a geração de novas ocupações nos serviços domésticos (258 mil) e

nos serviços⁸ (66 mil) foi insuficiente para compensar a forte retração do nível ocupacional observado na indústria (redução de 1,5 milhão de ocupados) e, em menor medida, na agricultura (108 mil) e na construção (queda de 91 mil ocupações).

Além de insuficiente, a ampliação da ocupação se deu, notadamente, em um setor que requer mão de obra de menor qualificação e que oferece, em geral, menores rendimentos. Este tipo de movimentação quantitativa pode indicar que uma parcela da população que saiu da indústria e de ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas em outros setores teve que aceitar trabalhos mais precários para manterem-se ocupadas.

GRÁFICO 5
Variação do Nível Ocupacional, Segundo Posição na Ocupação
Brasil – jan-mar/15 a jan-mar/16 (em 1.000 pessoas)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Obs.: os resultados correspondem à média móvel do trimestre encerrado em cada mês

Nota: (1) mensalistas e diaristas com e sem carteira de trabalho assinada

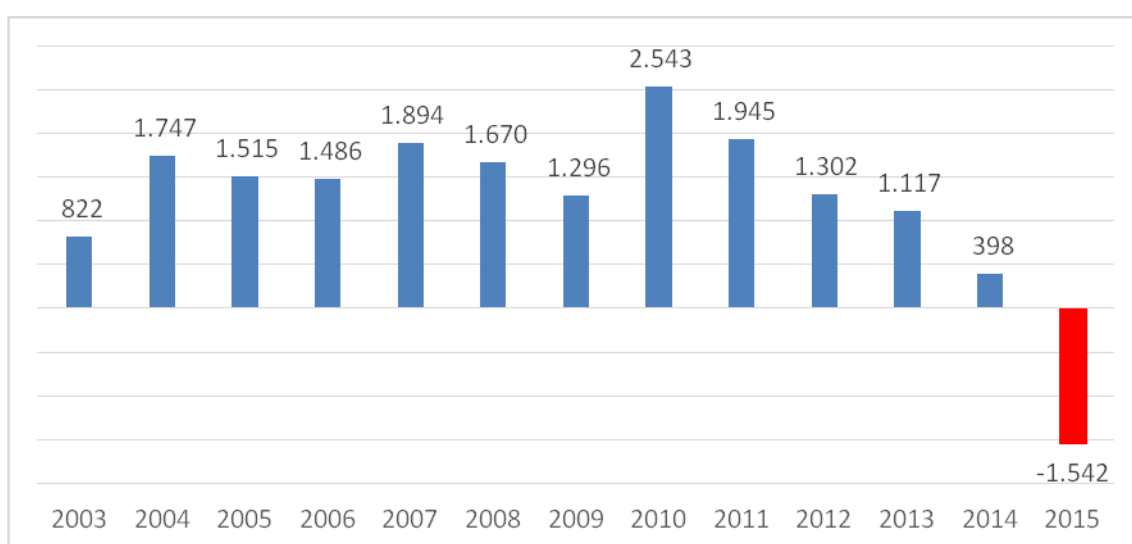
As mudanças recentes na estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro dão suporte a esta interpretação da precarização da ocupação. Assim, observa-se que os empregos no setor privado do mercado de trabalho registraram uma diminuição expressiva entre o primeiro trimestre de 2015 e o mesmo período de 2016: estima-se a redução de quase 1,4 milhão de empregos formais, com registro em carteira de trabalho, e o decréscimo de cerca de 327 mil

⁸ Com relação aos serviços, destaca-se que o saldo positivo não foi uniforme entre seus segmentos específicos, com as ocupações criadas nos segmentos da *administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (358 mil), *transporte, armazenagem e correio* (184 mil) e *alojamento e alimentação* (173 mil) compensando a retração no segmento de *informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (o qual fechou 656 mil postos de trabalho).

ocupações informais, sem carteira de trabalho assinada. Tal dinâmica pode revelar o impacto da perda de dinamismo geral do setor privado na economia brasileira. Além disso, inserções ocupacionais como a de empregadores (-351 mil) e a de empregado no setor público (-372 mil) também sofreram redução, neste último caso reflexo dos efeitos do ajuste fiscal dos governos dos diversos entes da federação brasileira.

Em contrapartida, ampliou-se a importância relativa das inserções ocupacionais mais frágeis, ou seja, menos protegidas pela legislação trabalhista brasileira, a exemplo do trabalho por conta própria (aumento de 1,4 milhão de ocupados) e do trabalho doméstico (202 mil, como se observa no Gráfico 5). Em sentido diverso, porém, o trabalhador familiar auxiliar, inserção ocupacional igualmente pouco protegida, apresentou uma variação negativa no período (-515 mil).

GRÁFICO 6
Saldo da Movimentação do Emprego Celetista
Brasil – 2003 – 2015 (Mil pessoas)

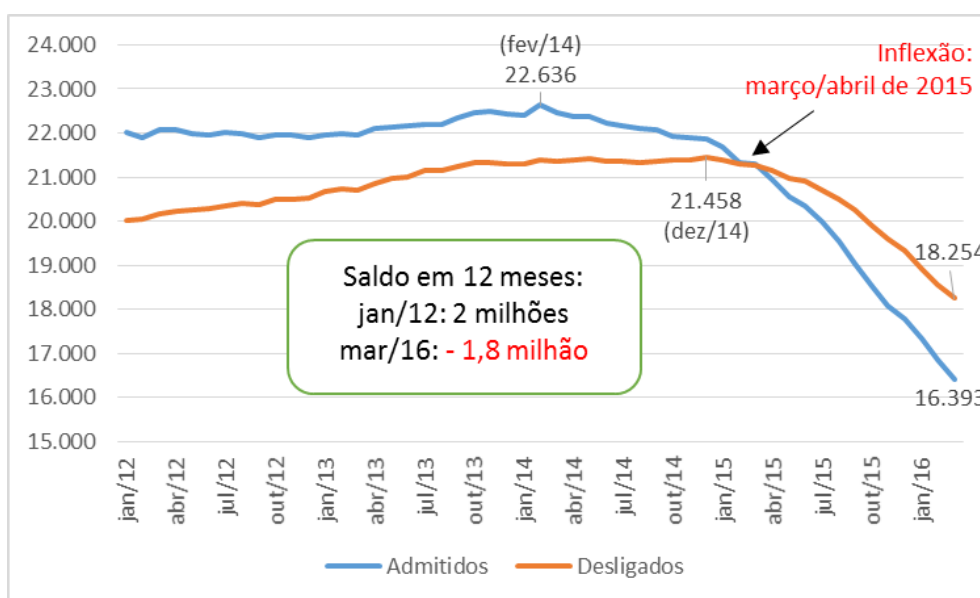


Fonte: MTPS. Caged
Elaboração: DIEESE

Os resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, registro administrativo do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, mostram que o saldo da movimentação do emprego celetista no Brasil - ou seja, a diferença entre a quantidade de trabalhadores admitidos e desligados, em 2015 - foi negativo em aproximadamente 1,5 milhão de postos de trabalho, contrastando substancialmente com os resultados alcançados nos 12 anos anteriores, não somente positivos, vale o destaque, mas sempre em patamares muito significativos (Gráfico 6).

A análise dos dados mensais do Caged (acumulados em 12 meses) revela que o número de admitidos começou a diminuir após fevereiro de 2014 (quando atingiu 22,6 milhões de vínculos), e foi acompanhado por um decréscimo do número de desligados a partir de dezembro do mesmo ano (após atingir 21,5 milhões). Ainda que o número de desligados continue reduzindo a partir de então, os admitidos apresentam um ritmo de queda mais acentuado, o que levou a uma reversão do saldo entre admitidos e desligados de positivo para negativo entre março e abril de 2015 (Gráfico 7). Isso significa que foi a partir deste momento que o resultado líquido negativo (em 12 meses) passou a ser percebido no emprego celetista no Brasil.

GRÁFICO 7
Admitidos e Desligados Acumulados em 12 Meses no Emprego Celetista
Brasil – jan/12 a mar/16 (em 1.000 pessoas)



Fonte: MTPS, Caged

Elaboração: DIEESE

Obs.: Inclui as declarações fora do prazo para admissões e desligamentos. Data de acesso: 4/4/2016

Os primeiros resultados de 2016 apontam para a manutenção deste quadro de deterioração do mercado de trabalho brasileiro, que ainda pode se tornar mais grave ao longo do ano. Em março, o Brasil já acumulava um saldo negativo de 324 mil vínculos celetistas no ano e de 1,8 milhão em 12 meses.

Além da redução mais acentuada das admissões em relação aos desligamentos, em 2015 também foram registradas no Caged algumas alterações nas características dos vínculos desligados e dos tipos de desligamento. Em primeiro lugar, foram ampliados os desligamentos dos vínculos com maior tempo de duração, em todas as faixas superiores a um ano de tempo de emprego. Ao

mesmo tempo, foram reduzidos os desligamentos com menos de um ano de emprego, o que, somado à redução das novas admissões, levou a forte redução da participação do estoque de vínculo nestas faixas, particularmente com tempo de emprego inferior a seis meses. Vale ressaltar que esta alteração no tempo de permanência no emprego não pode ser atribuída a uma redução da rotatividade, mas sim à forte queda da atividade econômica, que resultou no duplo movimento de redução das novas contratações e de demissão de trabalhadores com maior tempo de emprego.

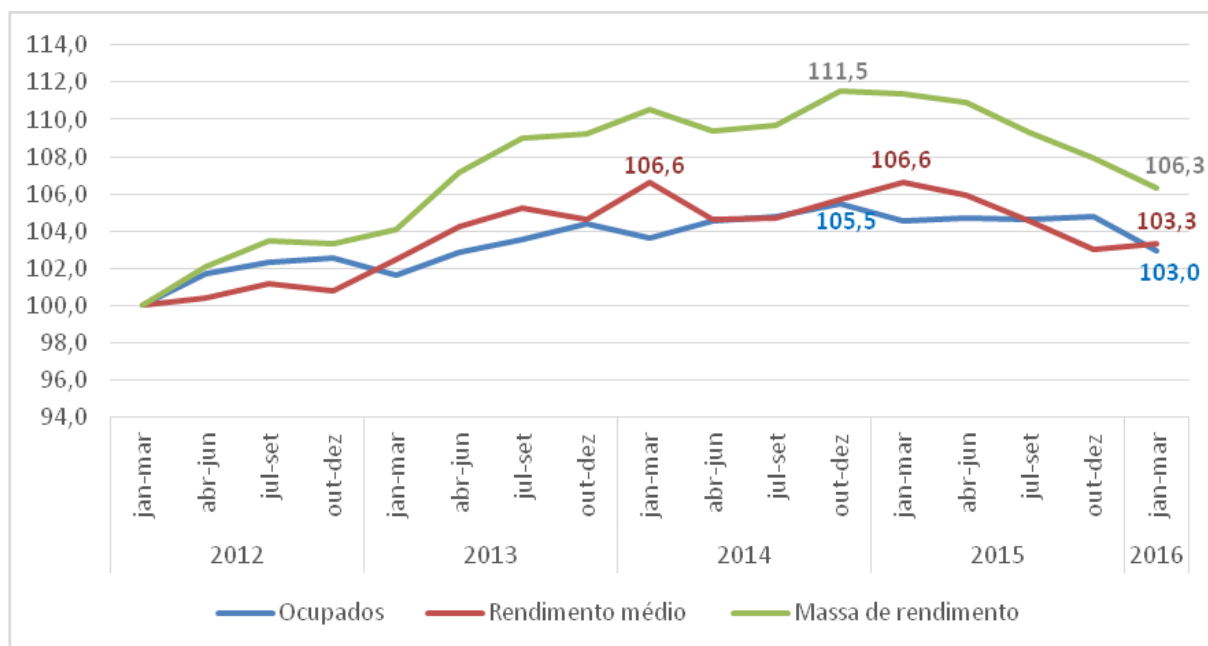
Em segundo lugar, os dados do Caged revelam que houve também uma alteração crescente, particularmente ao longo de 2015, no tipo de desligamento, com ampliação das demissões sem justa causa e forte redução dos desligamentos a pedido do trabalhador, além de uma pequena redução dos desligamentos por término de contrato. Estes dados revelam, ao mesmo tempo, que as empresas tiveram maiores dificuldades em manter seus empregados e que os trabalhadores se sentiram menos estimulados a sair das suas atuais ocupações, provavelmente por entenderem que o mercado de trabalho se tornou menos atrativo para a busca de melhores oportunidades de emprego.

Diminuição do rendimento do trabalho e da massa de rendimentos

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro, evidenciada pelo crescimento do desemprego e pela precarização das ocupações, tem como contrapartida a piora na remuneração.

O rendimento médio real do trabalho, após uma relativa estabilidade em 2012, apresentou uma trajetória de elevação até o primeiro trimestre de 2014, o ponto mais alto da série, correspondendo a um valor 6,6% superior ao mesmo período de 2012. Nos meses subsequentes houve uma forte queda, seguida de uma rápida recuperação que o reposicionou, no primeiro trimestre de 2015, em patamar equivalente ao mesmo período de 2014. Desde então, o rendimento médio real do trabalho principal apresenta uma trajetória descendente, de acordo com a Pnad Contínua, com exceção da pequena elevação no último trimestre pesquisado (janeiro a março de 2016), quando o rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal foi estimado em R\$ 1.914,00, valor 3,3% superior ao valor do primeiro trimestre de 2012 (índice ilustrado no Gráfico 8).

GRÁFICO 8
Evolução do Índice da Ocupação, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimento Real ⁽¹⁾
Brasil – jan-mar/12 a jan-mar/16 (jan-mar/12=100)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua Mensal
 Elaboração: DIEESE

Obs.: os resultados correspondem à média móvel do trimestre encerrado em cada mês

Nota: (1) refere-se ao rendimento médio e à massa de rendimento real do trabalho principal habitualmente recebidos por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

O índice de ocupação, por seu turno, apresenta uma evolução mais uniforme no período em análise: até o último trimestre de 2014, quando atingiu 105,5 (ou valor 5,5% superior ao primeiro trimestre de 2012), prevaleceu uma trajetória ligeiramente ascendente até com pequenas oscilações sazonais entre o último e o primeiro trimestre de cada ano⁹. Como resultado, a massa de rendimento real do trabalho disponível na economia acompanhou as oscilações apresentadas pelo rendimento médio real do trabalho, com o que se destaca o movimento de queda continuada a partir do início de 2015. A massa de rendimentos reais aumentou mais, 6,3% no mesmo período, em virtude do crescimento acumulado na ocupação e no rendimento real no período anterior, desde março de 2012.

⁹ Em 2015, no entanto, após a queda característica dos primeiros meses do ano, a ocupação não retomou a trajetória ascendente, típica do período, ficando em patamar relativamente estável ao longo de todo o ano. No primeiro trimestre de 2016, no entanto, observa-se uma diminuição da ocupação em magnitude significativa, possivelmente mais intensa que o comportamento esperado para o período, reduzindo o nível de ocupação a um patamar superior apenas 3% que ao do mesmo período de 2012.

Ajuste fiscal e seguro desemprego

O seguro desemprego tem como objetivo prover renda, em dinheiro, temporária aos trabalhadores demitidos sem justa causa que anteriormente atuavam sob o abrigo de relações de trabalho assalariadas regulamentadas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Trata-se de um direito associado à contribuição ao PIS/Pasep que, além de outras fontes, compõe o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A lei nº 7.998 de 1990, que instituiu as fontes de financiamento do programa Seguro-Desemprego, definiu critérios de permanência do trabalhador, bem como o limite do valor do benefício e do número de parcelas a que tem direito o trabalhador demitido sem justa causa. A Medida Provisória nº 665, editada em 30 de dezembro de 2014¹⁰ estabeleceu critérios mais rígidos para acessar o seguro desemprego, os quais foram abrandados posteriormente quando de sua conversão na Lei nº 13.134 de 16 de junho de 2015¹¹.

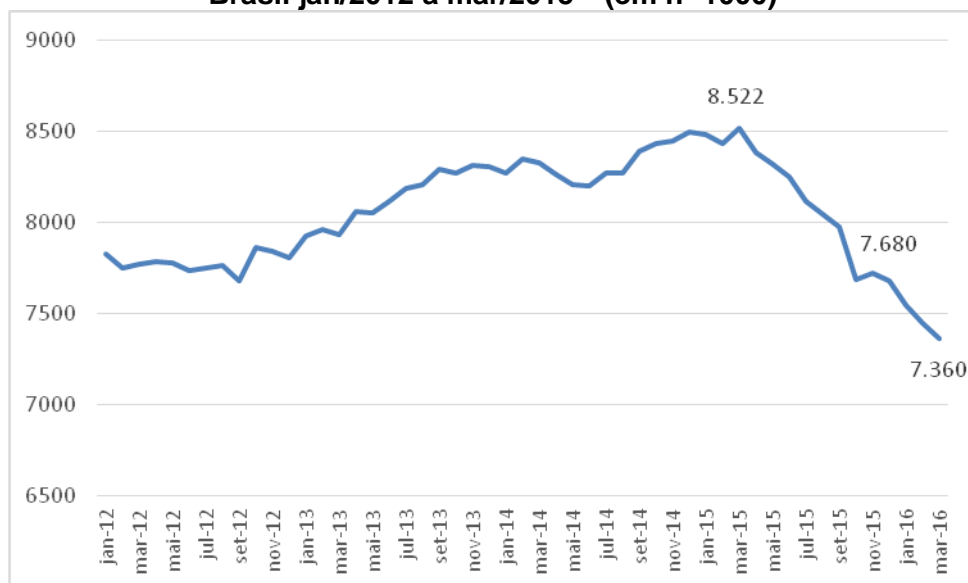
Como mostra o Gráfico 9, o número de segurados (requerentes do seguro-desemprego aptos a receberem o benefício) acumulados em 12 meses cresceu, de forma praticamente contínua, desde janeiro de 2013, acompanhando a ampliação do número de desligados captado pelo Caged. O patamar elevado do volume de segurados¹² reflete também a alta rotatividade característica do mercado de trabalho no Brasil, recurso usado pelas empresas para, entre outras razões, reduzir custos salariais, mesmo em contexto de expansão das contratações.

¹⁰ O governo federal alegou, para a adoção da medida, problemas na sustentabilidade financeira do FAT e ocorrência de fraudes no acesso ao seguro-desemprego. Não é objeto desta nota técnica a análise destas questões, mas vale ressaltar que a diminuição da cobertura do seguro-desemprego não é a forma adequada para combater as fraudes, o que deve ser feito por meio de fiscalização e medidas legais, e implica em desproteção da parte mais vulnerável do mercado de trabalho formal.

¹¹ “A principal alteração proposta pela MP era o aumento de seis para 18 meses do tempo mínimo de emprego para o trabalhador fazer a primeira solicitação. Esse tempo se reduziria para 12 meses na segunda solicitação e para seis, a partir da terceira solicitação. (...) A resistência dos trabalhadores diante da MP levou o Congresso Nacional a mudar a proposta original. A mudança reduziu para 12 meses o prazo mínimo de atividade para solicitar o seguro-desemprego pela primeira vez, para nove meses, na segunda solicitação, e para seis meses, a partir da terceira. As novas regras reduzem o número de beneficiários e o montante da despesa com o pagamento do benefício, ainda que menos que a proposta original do governo” (MORETTO, Amilton J. e VIERA, Luiz H. **Emprego, rotatividade e proteção ao trabalhador: contrapontos à mudança do seguro-desemprego**. In: *Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho Volume 1*. DIEESE: São Paulo, 2015).

¹² Ressalta-se, no entanto, que apesar do elevado patamar de segurados nem todos os trabalhadores chegam a acessar o benefício ou utilizam todas as parcelas que teriam direito, e um dos motivos possíveis é a inserção do trabalhador em uma nova ocupação com carteira de trabalho assinada.

GRÁFICO 9
Evolução do acumulado em doze meses do número de segurados⁽¹⁾
Brasil jan/2012 a mar/2015⁽²⁾ (em nº 1000)



Fonte: MTPS. Coordenação Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação profissional
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Compreende o número de requerentes aptos a receberem o benefício

(2) Corresponde ao mês de requerimento do seguro desemprego por cada segurado, até a data de acesso do banco de dados (19 de abril de 2016).

Após alcançar o maior valor em março de 2015 (8,5 milhões), o volume de segurados passou a se reduzir de forma acentuada, atingindo 7,4 milhões em março de 2016¹³, mesmo em um contexto de ampliação dos desligamentos e, em particular, das demissões sem justa causa. A queda do número de segurados a partir de março de 2015, neste contexto, reflete, portanto, não a diminuição da rotatividade ou das demissões decorrentes da crise, mas a redução da cobertura representada pelas alterações no seguro-desemprego apontadas anteriormente.

Esta situação certamente terá implicações estruturais sobre o mercado de trabalho brasileiro, no qual os trabalhadores historicamente recorrem às ocupações precárias enquanto expediente para garantir a sua subsistência na insuficiência de mecanismos públicos de preservação da renda. A restrição imposta ao seguro-desemprego amplia esta insuficiência, com impactos, principalmente, para os trabalhadores mais vulneráveis, ocupados em setores que praticam alta rotatividade.

¹³ Requerentes de março que se tornaram segurados até a data do acesso das informações no banco de dados da Coordenação Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação profissional do MTPS (19 de abril de 2016).

Considerações finais

A expressiva deterioração do mercado de trabalho brasileiro, em marcha acelerada desde o ano passado, é resultado direto da rápida diminuição do crescimento econômico, que, por sua vez, tem como causas um conjunto variado de fatores, externos e internos, conforme já salientado.

O desaquecimento da economia brasileira tornou-se mais evidente somente em 2012, quando as políticas anticíclicas, já fortemente baseadas em desonerações fiscais, perderam a capacidade de manter o Brasil relativamente imune à desaceleração da economia mundial, em curso desde 2008. Este fato por si só, ao diminuir a demanda e os preços das *commodities*, e, portanto, o espaço fiscal para o manejo de tais políticas, exigiria a adoção de medidas corretivas para que o crescimento econômico fosse preservado, tanto quanto possível, e, conseqüentemente, também fossem preservados os avanços sociais e no mercado de trabalho alcançados nos últimos anos.

Dessa forma, o desafio posto está longe de ser trivial: é preciso pensar em uma estratégia de condução da economia que trate como problemas indissociáveis a contenção da dívida pública dentro de limites razoáveis, evitando uma trajetória de alta descontrolada, e a necessidade de se manter perspectivas positivas para o crescimento econômico de curto prazo, mormente através da preservação dos investimentos públicos.

A agenda adotada já no final de 2014, em sintonia com as políticas de austeridade hegemônicas no mundo, esteve longe de dar respostas a contento a este desafio. A tentativa de conter gastos públicos de forma indiscriminada e diminuir a inflação, em um contexto de fortes reajustes de tarifas públicas, rápida e intensa desvalorização cambial e de alta da taxa Selic, não somente foi incapaz de impedir a trajetória ascendente da dívida pública e de conter a elevação do nível de preços, como aprofundou a recessão econômica e deteriorou de forma generalizada os indicadores de mercado de trabalho. Os impactos ainda pequenos sobre o comportamento do rendimento médio real e da massa de rendimentos sugerem que o movimento de deterioração ainda terá continuidade no curto e no médio prazos.

Referências Bibliográficas

IBGE. **Sistema de contas nacionais**: referência 2000. [Brasília, DF], [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: 04 maio 2016.

IPEADATA: base de dados. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 04 maio 2016.

MORETTO, Amilton J.; VIERA, Luiz H. Emprego, rotatividade e proteção ao trabalhador: contrapontos à mudança do seguro-desemprego. In: DIEESE. **Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho**: volume 1, São Paulo, 2015. p. 105-123.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Fausto Augusto Junior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Equipe técnica responsável

Joana Cabete Biava

Tiago Oliveira

Ademir Figueiredo (revisão técnica)

Ana Belavenuto, (revisão técnica)

Clovis Scherer (revisão técnica)

Paulo Jager (revisão técnica)